



CONGRESSO NACIONAL

MPV-507

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 13/10/2010	proposição Medida Provisória nº 507
autor CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)	nº do prontuário 53415
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 1/2	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 507, DE 2010

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no art. 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, o seguinte novo parágrafo:

“Art. 5º.

§ . O disposto neste artigo também não se aplica ao contribuinte com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ que, por instrumento público, renuncie à proteção ao seu sigilo fiscal prevista no caput deste artigo.”

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 13/10/2010 às 15:53
Consuelo / Matr 42678

JUSTIFICAÇÃO



O artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, no afã de estabelecer medidas para proteger o sigilo fiscal dos contribuintes, acaba por adotar medida demasiado gravosa.

Com efeito, a outorga de procuração por instrumento público corresponde à modalidade de outorga de poderes cercada da maior formalidade possível.

Além disso, os poderes deverão ser conferidos por instrumento público específico, o que implica uma procuração por instrumento público para cada ato que se pretenda praticar

perante órgãos da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

A medida fará com que a obtenção de dados pelos contribuintes — dados esses por vezes essenciais para a tutela de seus direitos, como a informação dos alegados débitos que impedem a obtenção de certidão negativa de débito ou da equivalente certidão positiva com efeito de negativa — se torne demorada e demasiado onerosa. Com efeito, o instrumento público deverá ser redigido por tabelião com fé pública, o que implicará a necessidade de o contribuinte ou seu representante legal se deslocar até um tabelionato ou de solicitar a presença do tabelião. Além disso, o instrumento público nem sempre é redigido imediatamente. Por fim, o instrumento público representará um custo bastante significativo em emolumentos (especialmente, quando se recorda que cada ato específico demandará um instrumento público de mandato).

Todas essas dificuldades representarão sérios e graves prejuízos para o próprio contribuinte que se deseja tutelar.

Não bastasse isso, a medida prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, vai na contramão de qualquer procedimento de simplificação e desburocratização e da presunção de boa-fé nas relações entre o fisco e o contribuinte. Veja-se, por exemplo, que, atualmente, a procuração que o contribuinte outorga para o advogado representá-lo em juízo sequer exige firma reconhecida, quanto mais instrumento público.

Por fim, a medida não assegura a proteção efetiva ao contribuinte, na medida em que também o instrumento público pode ser objeto de falsificação.

Para evitar tais prejuízos, a presente emenda introduz um procedimento alternativo, em que, aquele contribuinte que renunciar à proteção de seu sigilo fiscal prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, renúncia essa veiculada mediante instrumento público, não precisará se submeter à exigência posta neste dispositivo.

PARLAMENTAR


CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)

